



O DNOCS E A GESTÃO DO CONHECIMENTO



A luta pelo DNOCS não é de hoje. Na foto ao lado vemos a articulação com os Deputados Estaduais à época, Nelson Martins, José Guimarães e Ivo Gomes, com vistas a marcar uma audiência com o então Ministro da Integração **Ciro Gomes**.

CLÉSIO JEAN SARAIVA

Diretor de Administração da ASSECAS - Engenheiro Civil - Administrador do DNOCS - Mestre em Economia
jeansaraiva@uol.com.br | clesiojeansaraiva@gmail.com

A água é um elemento indispensável para a vida, é um insumo necessário a praticamente todas as atividades produtivas, não se concebendo o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação sem a disponibilidade de água de boa qualidade e em quantidade suficiente para atender as necessidades múltiplas das populações.

A gestão dos recursos hídricos apresenta-se entrelaçada não só com a gestão de outros recursos naturais, mas principalmente com a gestão de atividades setoriais, nelas incluídas as relacionadas à saúde pública, educação, irrigação, indústrias, geração de energia, drenagem urbana e navegação.

Sendo o DNOCS uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional, tendo por área de atuação nove Estados brasileiros, requer uma reestruturação onde lhes sejam dadas condições de participar do processo de Gestão do Conhecimento, Gestão do Patrimônio e Gestão dos Recursos Hídricos, de forma mais eficiente, eficaz e efetiva.

O DNOCS deverá se preparar para cumprir bem sua missão e as atribuições regimentais, dentre as quais: colaborar na concepção, instalação, manutenção e operação da rede de estações hidrológicas e na promoção do estudo sistemático das bacias hidrográficas, de modo a integrar o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos; promover estudos, pesquisas e difusão de tecnologias destinados ao desenvolvimento sustentável da aqüicultura e atividades afins; cooperar com outros organismos públicos no planejamento e na execução de programas permanentes e temporários, com vistas a prevenir e atenuar os efeitos das adversidades climáticas; cooperar com os órgãos públicos especializados na colonização de áreas que possam absorver os excedentes demográficos, inclusive em terras situadas nas bacias dos açudes públicos; e transferir, mediante convênio, conhecimentos tecnológicos nas áreas de recursos hídricos e aqüicultura para as instituições de ensino situadas em sua área de atuação.

Nessa preparação, a Autarquia que já exerceu com maestria seu mister de Órgão obreiro por excelência, quando foi necessário, agora implica adentrar no desafio de participar da construção da comunidade do conhecimento, isto é, da disponibilização de espaços públicos onde se produz o conhecimento coletivamente, apontando para a Internet e, de modo geral, para as redes como suportes de uma nova era de criatividade empresarial, institucional e política, onde a produção do conhecimento ocorre mediada por um diálogo que seja a base para a construção de uma sociedade mais justa e com mais oportunidades de emprego.

Essa participação requer ingressar de forma definitiva na Administração do Conhecimento, ou mais precisamente na Gestão do Conhecimento, que é o processo de identificar, desenvolver, compartilhar e atualizar o conhecimento estrategicamente relevante para a instituição, seja através de processos internos à organização, seja através de processos que extrapolam as suas fronteiras. (Oliveira Jr., 1999). Decorre também da habilidade em administrar seus recursos de forma mais eficiente e o conhecimento constitui o ativo estrategicamente mais relevante na organização.